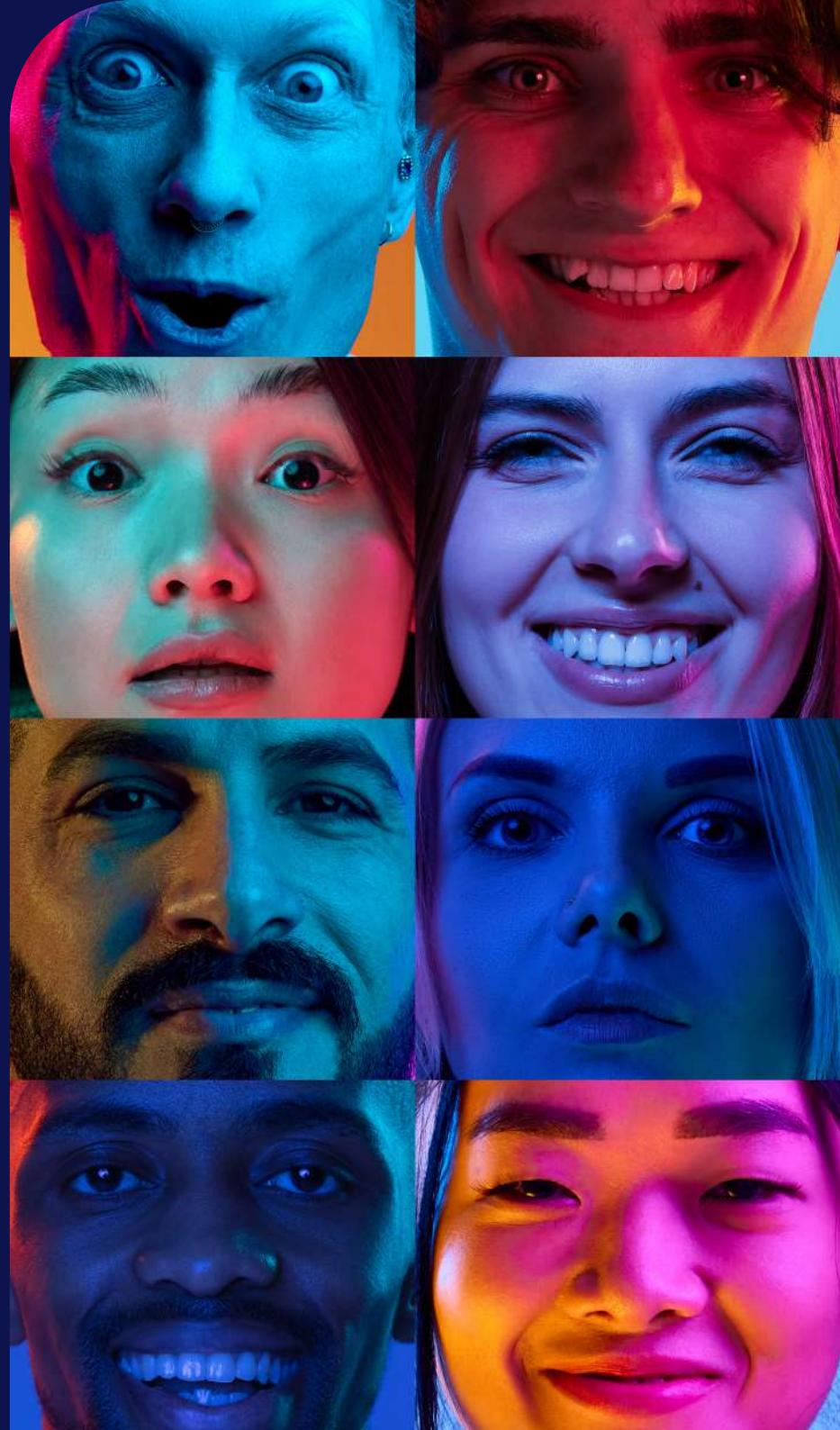


# Pós-Graduação em Processo Penal Aplicado à Advocacia Criminal





# Sumário

<b>Por que estudar com o método GRAN de ensino? .....</b>	<b>3</b>
<b>Conheça nossa metodologia.....</b>	<b>4</b>
<b>Coordenação pedagógica .....</b>	<b>5</b>
<b>Processo Penal Aplicado à Advocacia Criminal.....</b>	<b>6</b>
<b>Destaques do curso.....</b>	<b>6</b>
<b>Público-Alvo .....</b>	<b>7</b>
<b>Duração do curso .....</b>	<b>7</b>
<b>Matriz curricular .....</b>	<b>8</b>
<b>Conteúdo programático .....</b>	<b>9</b>
<b>FAQ do curso .....</b>	<b>12</b>
<b>Diferenciais tecnológicos .....</b>	<b>13</b>
<b>Ingresso .....</b>	<b>14</b>

# POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um **estudo com mais agilidade, foco e rendimento.**

**Conteúdo útil para o mercado de trabalho,** unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com **professores renomados** que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de **recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas**, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

**Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.**

**Valores que cabem no seu bolso**, para você estudar o que quer, não o que dá.

**Ferramentas de inclusão e acessibilidade** para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

**EdTech** que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, **recomendada por mais de 2 milhões de alunos.**

# CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD  
compostos por três  
módulos, liberados  
progressivamente a cada  
60 dias.

Avaliação feita por disciplina  
no sistema de provas da Gran  
Faculdade, com sistema de notas  
em valores numéricos, numa escala  
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,  
considerando-se aprovado aquele  
que alcançar a nota mínima de 70  
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,  
com videoaulas, aulas  
interativas ao vivo, *slides* e  
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso  
opcional, conforme Resolução CNE/  
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



# COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



**Prof. Bruno Galvão**  
Coordenador

Mestre em Direito Processual. Assessor de Desembargador da 3<sup>a</sup> Câmara Criminal do TJPE. Membro da comissão responsável pela elaboração das súmulas criminais do TJPE. Professor universitário. Professor convidado em diversos programas de pós-graduação no Brasil. Professor e Coordenador da pós-graduação em Processo Penal para advocacia criminal do Gran Faculdade. Palestrante em eventos nacionais e internacionais.

# PROCESSO PENAL APLICADO À ADVOCACIA CRIMINAL



Este curso se revela imprescindível para quem tem interesse em atuar na advocacia criminal aprimorando a análise técnico-jurídica da militância nas fases negociais, investigativas e processuais do campo processual penal, bem como desenvolver habilidades transversais em governança, risco e compliance, para implementar e supervisionar estratégias corporativas, exercendo uma advocacia ética voltada ao mapeamento de riscos e gestão de informação.

## DESTAQUES DO CURSO

Capacitar em aspectos processuais e compliance os profissionais atuantes na área criminal ou que nela pretendam ingressar, em abordagem técnico-jurídica e transversal

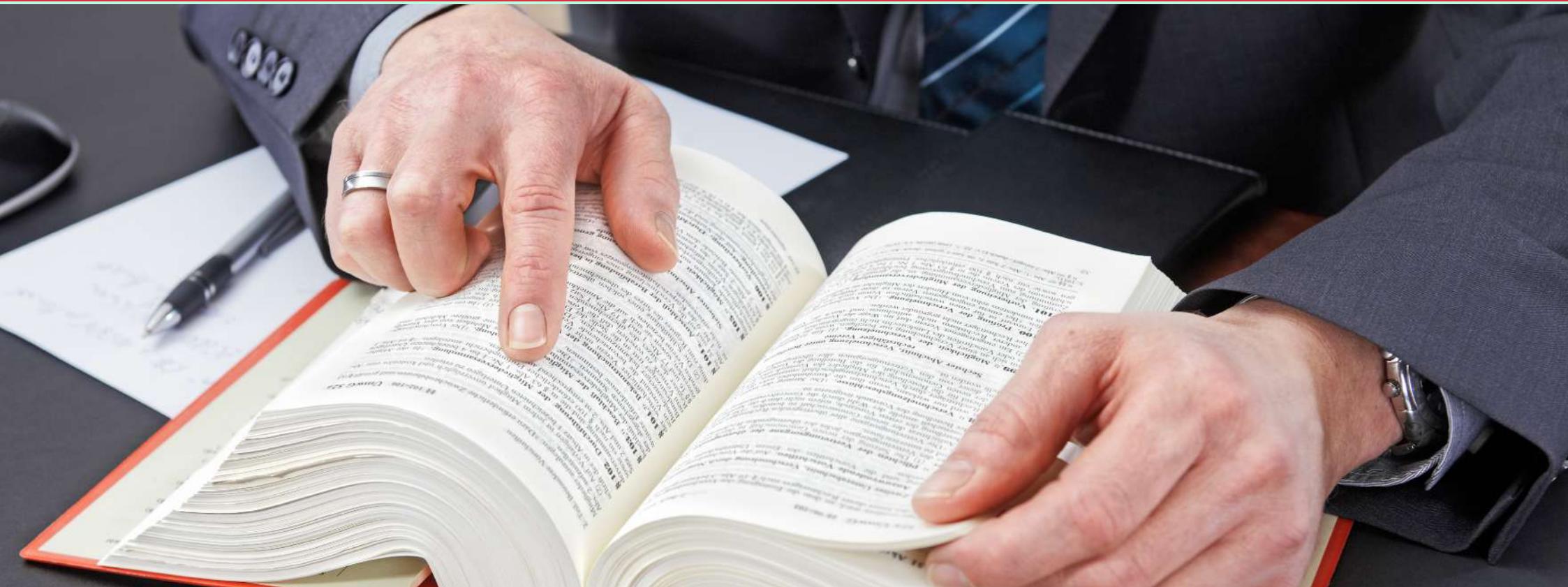
Demonstrar e discutir as normas e princípios processuais penais e de compliance

Distinguir e analisar os institutos de negociais, investigativos, processuais e compliance penais, refletindo sobre sua aplicação

Desenvolver habilidades na aplicação de métodos e técnicas das diversas áreas relacionadas à Justiça Negocial, à Persecução Penal e ao Compliance Penal

Criar um ambiente aproximado entre a teoria e a prática processual penal, como também ao compliance

Formar profissionais críticos e com senso humanístico



## PÚBLICO-ALVO

Bacharéis e tecnólogos em geral.

## DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Processo Penal Aplicado à Advocacia Criminal tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. É oferecido na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

# MATRIZ CURRICULAR

<b>Unidade Curricular</b>		<b>Carga Horária</b>
01	Compliance Anticorrupção e os Reflexos no Âmbito Criminal	20 h
02	O Papel da Advocacia na Formação dos Precedentes	20 h
03	Teoria das Provas e Meios de Obtenção	20 h
04	Medidas Cautelares, Prisão Processual e Liberdade Provisória	30 h
05	Direito Premial (Acordos de Não Persecução, Delação e Colaboração Premiada)	40 h
06	Comunicação e Oratória	20 h
07	Planejamento e Gestão de Escritório de Advocacia	30 h
08	Marketing Digital; Contratualização de Honorários Advocatícios	20 h
09	Investigação Criminal	30 h
10	Investigação Defensiva de Pessoas Físicas e Jurídicas	30 h
11	Jurisdição e Competência Penal	20 h
12	Procedimentos Penais	20 h
13	Questões Incidentais e Medidas Assecuratórias	20 h
14	Sentença e Execução Penal	20 h
15	Nulidades no Processo Penal	10 h
16	Recursos e Ações Autônomas	10 h
<b>TOTAL DAS DISCIPLINAS</b>		<b>360 h/a</b>
<b>Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)</b>		<b>40h/a</b>
<b>TOTAL DO CURSO</b>		<b>400 h/a</b>

# CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
<b>COMPLIANCE ANTICORRUPÇÃO E OS REFLEXOS NO ÂMBITO CRIMINAL</b>	Histórico, conceitos e elementos do compliance. Áreas de abrangência. Códigos de conduta, comunicação. Avaliação de riscos, investigações internas, due diligence, monitoramento e auditoria. Atuação do advogado no compliance. Desenvolver habilidades em governança, risco e compliance (GRC), de maneira transversal e interdisciplinar.
<b>O PAPEL DA ADVOCACIA NA FORMAÇÃO DOS PRECEDENTES</b>	Teoria dos precedentes judiciais. Ratio decidendi. Obter dictum. Distinguish. Overruling. Sistemática da repercussão geral. Eficácia temporal das decisões do STF. Debate entre a teoria declaratória e a teoria constitutiva do direito. Jurisprudência. Súmulas vinculantes.
<b>TEORIA DAS PROVAS E MEIOS DE OBTENÇÃO</b>	Conceito, sentido e distinções de Prova. Fato, vestígio, indício e prova. Objeto, fontes, elementos, meios e finalidade. Meios de obtenção de prova. Classificação e espécies. Sistema de avaliação e valoração. Princípios Informadores. Classificação. Ônus e produção da prova. Procedimentos. Cadeia de Custódia. Provas ilícitas. Provas ilegítimas. Provas em espécie.
<b>MEDIDAS CAUTELARES, PRISÃO PROCESSUAL E LIBERDADE PROVISÓRIA</b>	Delineamentos constitucionais e hermenêuticos indissociáveis para compreensão da prisão provisória e soltura. Medidas Cautelares e Prisão processual: Visão panorâmica das prisões no ordenamento processual penal brasileiro e a cautelaridade das prisões processuais. Uso de algemas. Privacidade versus direito à informação. Prisão em flagrante de delito. Prisão temporária. Prisão preventiva. Dever de fundamentação. Execução provisória da pena no Tribunal do Júri. Soltura: Institutos restabelecedores do 'status libertatis' no curso das perseguições penais. Do relaxamento da prisão ilegal. A liberdade provisória. Revogação da prisão preventiva. Dever de revisão do decreto preventivo. Prisão Domiciliar e Habeas corpus coletivo.
<b>DIREITO PREMIAL (ACORDOS DE NÃO PERSECUÇÃO, DELAÇÃO E COLABORAÇÃO PREMIADA)</b>	Conceito e origem do Direito Premial. Direito Comparado. Acordos de não Persecução Criminal, Delação e Colaboração Premiada (Histórico, natureza jurídica, capacidade postulatória, requisitos, contrapartidas, direitos e deveres do colaborador, direitos e deveres de quem postula). Negociação. Teoria dos Jogos. Princípios. Regras de Corroboração. Parâmetros e alcance da negociação. Encontro Fortuito de Provas. Teoria do Juiz Aparente. Compartilhamento de elementos. Competência e Prerrogativa de Foro. Homologação Judicial. Descumprimento do Acordo e seus efeitos. Acordos de Leniência. Plea Bargain. Estudo de casos. Jurisprudência.

<b>COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA</b>	Videoconferência. Concentração. Comunicação. Público. Roteiro. Tempo. Indumentária. Postura corporal. Voz (volume/ritmo/velocidade). Memoriais. Dinâmicas.
<b>PLANEJAMENTO E GESTÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA</b>	Introdução à gestão jurídica estratégica. Advocacia do futuro: tecnologia, inovação, mercados e ferramentas. Planejamento do Futuro: Ferramentas de gestão; Marketing Jurídico. Principais estratégias e Código de Ética da OAB. Gestão de Pessoas. Foco no Resultado, carreiras e remuneração. Gestão Financeira – Finanças para escritório de advocacia. Gestão da Produção Jurídica. Controladoria Jurídica. Gerenciamento dos Riscos, Indicadores de desempenho e Compliance para Escritórios de Advocacia.
<b>MARKETING DIGITAL; CONTRATUALIZAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS</b>	Marketing. Marketing na advocacia. Contratos em geral. Contratos no ministério da advocacia.
<b>INVESTIGAÇÃO CRIMINAL</b>	Abordagens sobre investigação criminal: epistemológica, jurídica, política, administrativa, criminológica e criminalística. Investigação criminal como produto e como atividade. Investigação criminal e criminalidade organizada. Organização, método e prova. Investigação da criminalidade na modernidade. Técnicas especiais de investigação. Controle dos riscos. Investigação criminal complexa. Criminalidade em rede. Gestão da criminalidade complexa.
<b>INVESTIGAÇÃO DEFENSIVA DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS</b>	Investigação Defensiva no Direito Comparado. Contraditório e Defesa no Inquérito Policial. Direito à prova e à investigação dos fatos. Eficiência e garantismo. Paridade das Armas. Princípio da Igualdade. Contraditório e Ampla Defesa. Indiciamento. Compliance.
<b>JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA PENAL</b>	Princípios da Jurisdição Penal. Espécies de Jurisdição. Jurisdição comum e especial. Conflito de Jurisdição. Espécies de Competência. Competência absoluta e relativa. Competência penal da Justiça Eleitoral. Competência penal da Justiça Militar. Competência da Justiça Federal. Competência pela prerrogativa de função. Restrição do foro privilegiado nos Tribunais Superiores e Estaduais. Competência pelo lugar da infração. Competência pelo domicílio ou residência do réu. Competência pela natureza da infração. Competência por distribuição. Competência por conexão ou continência. Competência por prevenção. Foro prevalente. Separação dos processos. Perpetuatio Jurisdicione. Súmulas e precedentes vinculantes dos Tribunais Superiores sobre o tema.
<b>PROCEDIMENTOS PENAIS</b>	Processo e Procedimento. Tipicidade Processual Penal. Espécies de Procedimentos. Regras de aplicabilidade geral aos procedimentos penais. Etapas procedimentais. Defesa Preliminar e Resposta à acusação. Absolvição Sumária. Alegações Finais. Procedimento Ordinário. Procedimento Sumário. Procedimento Sumaríssimo. Procedimento do Tribunal do Júri. Procedimento dos crimes contra a honra. Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial. Procedimento da Lei de Drogas. Procedimento da Lei de Crime Organizado. Procedimento da Lei de Abuso de Autoridade. Jurisprudências aplicáveis ao tema.

<b>QUESTÕES INCIDENTAIS E MEDIDAS ASSECURATÓRIAS</b>	Questões Prejudiciais e Preliminares. Classificação das Questões Prejudiciais. Exceções e Objeções. Exceção de suspeição, de impedimento ou de incompatibilidade. Exceção de Incompetência. Exceção de Illegitimidade. Exceção de Litispendência. Exceção de Coisa Julgada. Conflito de Competência. Restituição de coisa apreendida. Procedimentos das exceções. Medidas Assecuratórias. Sequestro. Arresto Prévio. Arresto subsidiário de bens móveis. Alienação antecipada. Ação Civil de confisco. Incidente de Falsidade. Incidente de Insanidade Mental. Procedimentos dos incidentes. Jurisprudência aplicada ao tema.
<b>SENTENÇA E EXECUÇÃO PENAL</b>	Atos processuais do juiz. Despachos de mero expediente. Decisões interlocutórias simples e mistas. Decisões definitivas. Decisões com força de definitiva. Sentença. Estrutura e Requisitos da Sentença. Sentença condenatória. Sentença absolutória própria e imprópria. Efeitos decorrentes da sentença condenatória. Publicação da sentença. Emendatio e Mutatio libelli. Execução Penal. Direitos e Garantias constitucionais penais do preso. Deveres e direitos do preso. Disciplina, faltas disciplinares e procedimentos disciplinares. Estabelecimentos penais. Regimes prisionais. Sistema progressivo, progressão e regressão de regime prisional. Permissões de saída e saídas temporárias. Remição de pena. Livramento condicional. Anistia, graça e indulto. Penas restritivas de direitos e de multa. Medidas de segurança. Excesso ou desvio de execução. Unificação de penas. Suspensão condicional da pena. Agravo em execução. Extinção da execução e alvará de soltura.
<b>NULIDADES NO PROCESSO PENAL</b>	Tipicidade Processual. Ato inexistente. Nulidades absolutas e relativas. Meras Irregularidades. Princípios informadores das nulidades. Form de saneamento.
<b>RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS</b>	Teoria Geral dos Recursos. Recurso em sentido estrito. Apelação. Embargos de Declaração. Embargos Infringentes. Carta teste-munhável. Agravo em execução. Correição Parcial. Agravo de Instrumento nos atos infracionais. Recursos Constitucionais. Habeas corpus. Mandado de segurança. Revisão criminal.

# FAQ DO CURSO

## O curso de Pós-Graduação em Processo Penal Aplicado à Advocacia Criminal é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## O curso de Pós-Graduação em Processo Penal Aplicado à Advocacia Criminal é um curso de Pós-Graduação Lato Sensu. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

## Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

## O curso de Pós-Graduação em Processo Penal Aplicado à Advocacia Criminal é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

## É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

## O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

# DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, tablet, TV, celular.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Download de materiais para estudo offline. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos off.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.



# INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!

**Você a poucos** 😊  
**passos de muitos**  
**futuros**

[gran.com.br](http://gran.com.br)



G